

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA

REUNIÃO 9 março de 2018

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas, reuniu, na Câmara Municipal de Leiria, o Conselho Municipal de Educação de Leiria, presidido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr. Raul Castro, que após a tomada de posse, passou a ser substituído pela Senhora Vereadora da Educação e Biblioteca, Dr.ª Anabela Graça.

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

- 1- Tomada de posse do Conselho Municipal de Educação;
- 2 - Regimento do Conselho Municipal de Educação;
- 3 - Projeto Educativo Municipal;
- 4- Eleição do observador permanente, representante do Conselho Municipal de Educação para os plenários do Conselho Municipal de Juventude.
- 5- Outros assuntos.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, dando lugar à tomada de posse dos conselheiros para o quadriénio 2018/2021.

Faltaram por razões devidamente justificadas o representante das instituições de ensino superior público, a representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública, a diretora do agrupamento de escolas D. Dinis e o diretor da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira.

De seguida a Senhora Vereadora deu as boas vindas aos conselheiros, mostrando-se expectante em relação ao Conselho Municipal de Educação e no papel deste na política educativa municipal. Apresentou como principais preocupações a (re)construção do Projeto Educativo Municipal (PEM), solicitando contributos da parte dos conselheiros, via email. Acrescentou que o PEM procura afirmar-se como uma resposta à formação dos alunos de forma integral e integradora, enquanto alunos e cidadãos na construção de um concelho educador.

A propósito e relativamente às questões do sucesso escolar, foi distribuída uma grelha aos conselheiros com os resultados escolares de 2016/17 (em anexo), por ano escolar e agrupamento/escola. Esta deverá ser a base que sustentará a ação educativa, na medida em que cada aluno é um caso e tem de ser trabalhado como tal. Constatou-se que o principal problema do insucesso escolar reside no ensino secundário e profissional, bem como no 2º ano de escolaridade. No sentido de atuar sobre o problema, o município candidatou-se, no âmbito da CIMRL (Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria) na PI 10.1 – Programa Intermunicipal de Potenciação do Sucesso Escolar, o qual integrará uma equipa multidisciplinar composta por treze técnicos (psicólogos, nutricionista, terapeutas da fala e mediadores sociais), que contamos que esteja no terreno no próximo mês de maio, pelo período de dois anos. A equipa irá agir sobretudo na prevenção e promoção no 1.º ciclo do ensino básico.

A este propósito, o diretor do agrupamento de escolas de Colmeias, Dr. Fernando Elias, usou da palavra para transmitir que em relação ao PEM parece que não há grandes alterações em relação ao anterior, contudo há que registar que a estratégia mantêm-se e intensifica-se, reforçando as atividades. A eficácia do PEM anterior verifica-se enquanto instrumento de articulação, propondo ações transversais e construindo uma ligação e diálogo entre parceiros.

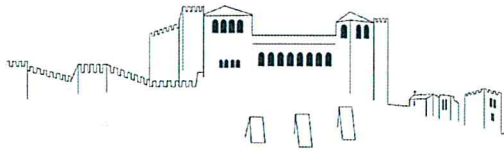
Ainda relativamente a esta problemática, o representante do Conselho Municipal de Juventude, Xavier Gaspar, solicitou que o PEM promova o associativismo nas escolas, reforçando a parceria entre agrupamentos, escolas, cidadania e educação não formal. Revê esta ideia no eixo 02/02.04 – Fomentar ações de voluntariado, no entanto gostaria de ver reforçada a proposta.

A Vereadora esclareceu que em relação ao PEM anterior não constava a orientação, o desenvolvimento de competências digitais e intervenção no âmbito das atitudes, condutas e comportamentos, indisciplina, necessidade de atuação identificada pelos diretores das escolas. Destaque para o eixo 2, com o reforço da identidade e do património local. Bem como, o reforço do eixo 3, no sentido de consolidar mecanismos de ligação da escola à comunidade.

A representante dos serviços de segurança social, Dr.ª Maria de Fátima Oliveira, transmitiu que gostaria de ver reforçado no PEM o acompanhamento de famílias problemáticas, com crianças em situação de insucesso escolar. A este propósito informou que desde 2015 não têm nas comissões locais de ação social representante da educação.

Ao que o representante da DGEstE, Dr. Rigoberto Correia, informou que o problema está identificado e em breve será atribuído representante.

Relativamente à proposta de Regimento do Conselho Municipal de Educação, a vereadora questionou se haveria alguma proposta de alteração. Em resposta, a representante dos docentes do ensino básico público, Dr.ª Dalila Almeida, solicitou a substituição de Ministério da Educação e Ciência, por Ministério da Educação. O regimento foi aprovado por unanimidade.



Município de Leiria Câmara Municipal

Foi proposta pela vereadora, a integração de representante da GNR e da CPCJ no Conselho Municipal de Educação, na qualidade de observadores. Proposta aceite por unanimidade.

Relativamente à eleição do observador permanente, representante do Conselho Municipal de Educação para os plenários do Conselho Municipal de Juventude, foi nomeado o Dr. António Oliveira, diretor do agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus.

De seguida usou da palavra a representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Dr.ª Ana Paula Sousa, a pedido dos pais da EB Cruz d'Areia, para apresentar uma reclamação relativamente às refeições escolares, no que concerne à quantidade servida às crianças.

A vereadora informou que o caso está devidamente identificado, foi uma situação que ocorreu duas vezes na semana anterior e está relacionada com a mudança de recursos humanos por parte da empresa fornecedora de refeições.

A representante dos serviços públicos de saúde, Dr.ª Odete Mendes, a propósito das refeições escolares, alertou para as ementas, com serviço recorrente de douradinhos, nuggets de frango, batata palha, leguminosas secas em vez de vegetais. Em resposta, a vereadora referiu que o dossier mais sensível é precisamente o da alimentação escolar. No entanto, o município monitoriza o programa continuamente no terreno, conta com a prestação de serviços de uma empresa de auditoria externa (SGS) e com o importante apoio dos diretores e coordenadores de escolas que supervisionam e sinalizam atempadamente os problemas. Quanto às ementas o problema foi identificado no 1.º período pela técnica que valida as ementas escolares e resolvido.

Ainda, neste âmbito, a Dr.ª Odete Mendes alertou para o facto de alguns dos manipuladores de alimentos, a exercer funções nas cozinhas das escolas, são pessoas sem formação e conhecimento na matéria. Da parte da saúde, é feito um acompanhamento e realizadas análises microbiológicas, que posteriormente são remetidas aos agrupamentos de escolas. Um outro aspeto, a registar prende-se com o facto dos recursos humanos afetos às cozinhas mudarem com muita regularidade, o que acentua a tendência para procedimentos errados, não usam toca, aventais ou farda, têm postura e procedimentos desadequados e geralmente não são recetivos a correções e/ou sugestões. O que está em causa não é a falta de condições, mas a falta de formação e recetividade a recomendações.

Relativamente à formação, a vereadora esclareceu que a empresa SGS inclui nos procedimentos de monitorização do programa, formação em contexto de trabalho e verificação posterior das correções.

A representante dos pais, Dr.ª Ana Paula Sousa, testemunhou que a comida é de boa qualidade, certificada pelas vezes que almoça na escola.

O conselheiro Xavier Gaspar referiu a excessiva rotatividade dos funcionários, o que origina comida mal condicionada e de má qualidade, questionando os diretores se almoçam nas escolas.

O diretor do agrupamento de escolas de Marrazes, Dr. Jorge Edgar, afirmou que o que é divulgado sobre a alimentação nas escolas, na maioria dos casos, não corresponde à verdade. O que acontece é que muitos dos alunos deita fora os alimentos que lhes são servidos. Este problema fica resolvido com o convite aos pais para almoçarem na escola, que geralmente avaliam de forma positiva a refeição.

A Dr.ª Odete Mendes usou da palavra para informar o conselho de que não se revê, enquanto responsável pela saúde escolar, na notícia que saiu nos jornais relativamente ao facto de não intervir no âmbito da alimentação saudável. A saúde tem acompanhado a alimentação nas escolas, com projetos de que é exemplo o "Minorsal", a redução de sal no pão, "Dar+", "Sorrir", combate à obesidade, a que acresce as campanhas em curso e os protocolos com instituições de ensino superior e autarquias.

O diretor do agrupamento de escolas Dr. Correia Mateus, Dr. António Oliveira, referiu que o agrupamento que dirige trabalha em parceria com vários projetos e que regularmente visita as cozinhas das escolas e uma vez por mês almoça no refeitório da escola.

A este propósito, o Dr. Fernando Elias reforçou que a saúde é fundamental e que, relativamente à alimentação nas escolas, existe muito ruído por parte da sociedade, daí considerar importante a abertura dos refeitórios aos pais, bem como a responsabilização das famílias, como por exemplo, no caso dos lanches. O trabalho em rede nestas matérias é fundamental. A vereadora esclareceu que, dada a importância da educação alimentar, a inexistência de uma rede de apoio presencial ao nível nutricional nas escolas, elencada aliás como uma necessidade pelos diretores, constituiu-se como prioritário a criação do Programa de Alimentação Saudável. Do mesmo modo, no âmbito do Programa Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PICIE), a equipa multidisciplinar integra uma nutricionista.

Por último, a representante dos serviços de emprego e formação profissional, Dr.ª Paula Vaz, entregou o plano de formação do IEFP para 2018, que posteriormente remeterá, via *email*, aos conselheiros.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada e assinada a presente ata. -----

A vereadora da Câmara Municipal de Leiria


Anabela Graça